

A indexação da informação jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação

The indexing of legal information: systematic mapping in the area of Information Science

Giseani Bezerra da Silva

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco; Bibliotecária na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9921-361X>
E-mail: giseani.silva@ufpe.br

Renato Fernandes Correa

Doutor em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco; Professor associado da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9880-8678>
E-mail: renato.correa@ufpe.br

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP; Professora aposentada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, campus de Marília, SP, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8239-7114>
E-mail: mariangela.fujita@unesp.br

Resumo

Este estudo aborda o tratamento da informação, mais precisamente a temática da indexação da informação jurídica. Apresenta como objetivo a análise da produção científica sobre a temática na área de Ciência da Informação, visando a elaboração de um mapeamento sistemático de literatura e a identificação de um panorama dessas publicações. É uma pesquisa de natureza teórica, de cunho exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram consultadas as bases de dados bibliográficas: BRAPCI, LISTA, Redalyc, SciELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES. Os trabalhos analisados apontam demandas de conhecimento especializado do bibliotecário acerca da indexação de informação jurídica. Todos os artigos ponderados versaram sobre a escassez de trabalhos e discussões sobre a temática, e da necessidade de mais pesquisas com o intuito de minimizar os ruídos no momento da busca. Conclui-se que a produção de conhecimento científico disseminado via periódico eletrônico sobre o assunto, no período de 2002 a 2022, conta com uma dezena de artigos de autores brasileiros vinculados principalmente às universidades. Esses escritos trazem contribuições importantes para a pesquisa e prática da indexação da informação jurídica, porém o problema da carência de trabalhos ainda persiste.

Palavras-chave: representação da informação; indexação; informação jurídica; documentação jurídica; mapeamento sistemático da literatura.

Abstract

This paper addresses the information processing, more precisely, the theme of the indexing of legal information. Its objective is to analyze the scientific production on the theme in the area of Information Science, aiming at the elaboration of a systematic mapping of literature and identification of an overview of these publications. This is a theoretical, exploratory and descriptive research, with a qualitative and quantitative approach. The bibliographic databases searched were BRAPCI, LISTA, Redalyc, SciELO, Scopus and CAPES Periodicals Portal. The works analyzed point to the librarian's need for specialized knowledge about the indexing of legal information. All articles dealt with the scarcity of works and discussions about the theme, and the need for further research in order to minimize noise at the time of searching. The conclusion is that the production of scientific knowledge disseminated by scientific journals on the theme, in the period from 2002 to 2022, includes ten articles by Brazilian authors associated mainly with universities. The articles bring important contributions to the research and practice of indexing legal information, but the problem of scarcity of works persists.

Keywords: information representation; indexing; legal information; legal documentation; systematic mapping study.

1. Introdução

A informação se tornou um recurso estratégico e de extrema relevância à sociedade atual, com destaque para o formato digital. Por conseguinte, o tratamento da informação passou a ser vital para o desenvolvimento dessa sociedade, pois facilita o seu acesso, sua recuperação e sua disseminação, visando a qualidade e a relevância dos termos, proporcionando uma recuperação de conteúdos mais pertinentes às necessidades de informação.

Os instrumentos utilizados no tratamento da informação visam separar as informações duvidosas e classificar todas as informações importantes para uma posterior recuperação eficaz, atendendo exatamente à necessidade do usuário naquele momento sem demandar muito tempo. E “[...] independente da natureza e finalidade para qual a informação é utilizada, é necessário que ela esteja organizada de forma adequada para ter valor quando necessária”. (Romani; Borszcz, 2006, p. 8).

A indexação é um processo muito utilizado no tratamento da informação, consistindo na análise, síntese e representação do conteúdo temático de cada documento, via termos estabelecidos e uniformes que representam conceitos ou assuntos (Souza; Fujita, 2014). Esses termos podem ser consultados em índices, vocabulários controlados (como tesouros e listas de cabeçalhos de assunto) e tabelas de classificação. A indexação auxilia na identificação, no tratamento e na disponibilização da informação, possibilitando a sua posterior recuperação para atender às necessidades de informação dos usuários. Uma das vantagens de se ter uma indexação adequada é a certeza de uma eficaz recuperação de documentos.

A escolha pelo tema da indexação da informação jurídica como foco desta pesquisa se justifica pelo papel que essa informação desempenha na sociedade, por levar à compreensão de que a área do direito está inteiramente atrelada à maneira de se fazer política e governar um povo, bem como de se dar subsídios ao desenvolvimento socioeconômico de um país.

Este artigo aborda a temática da indexação da informação jurídica, sendo o problema da pesquisa explicitado a partir da seguinte questão: Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática da indexação da informação jurídica?

Já o objetivo da pesquisa consiste na análise da produção científica acerca da indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação, visando a elaboração de um mapeamento sistemático dessa literatura e a identificação de um panorama dessas publicações.

Na pesquisa, aplicou-se o método de mapeamento sistemático de literatura. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados bibliográficas: BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação); LISTA (*Library, Information Science and Technology Abstracts*); Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal); SciELO (*Scientific Electronic Library Online*); Scopus; e Portal de Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

As demais seções deste artigo se encontram estruturadas da seguinte maneira: a seção 2 apresenta a fundamentação teórica da pesquisa; a seção 3 aborda os materiais e métodos; a seção 4 discute os resultados alcançados e a seção 5 apresenta as conclusões do artigo e sugestões de pesquisas futuras.

2. Indexação da informação jurídica

Trazendo em seu núcleo a função precípua de estar destinada ao bom funcionamento da sociedade, a informação jurídica pode ser conceituada, de acordo com Guimarães (1994, p. 11), como “[...] o conjunto de conteúdos pertencentes ao universo conceitual da Ciência Jurídica, que se expressam por meio das formas documentárias reveladoras da atuação jurídica”. Ademais, quando essa informação é acumulada, se torna passível de proporcionar subsídios capazes de designar a atuação do Estado enquanto suporte da memória da sociedade (Guimarães, 1994; Ferreira; Maculan, 2018).

Geralmente, para apontamentos acerca do tratamento da informação jurídica são analisados, quanto a sua forma, documentos referentes à legislação, doutrina e jurisprudência. Tais formas foram intituladas como sendo “um tripé informacional” (Miranda, 2004, p. 138), no qual está pautado o universo da informação jurídica.

De maneira sucinta, a legislação pode ser conceituada como o conjunto das normas jurídicas propriamente ditas, abarcando também toda a documentação referente ao processo de sua elaboração. Segundo Guimarães (1994, p. 13): “[...] a legislação corresponde, materialmente, ao conjunto de atos legislativos e normativos emanados de autoridade competente”. Além de ser a fonte natural do Direito (nascida a partir da imperiosa necessidade de regras que ordenassem o convívio social e refletindo muitos dos problemas e demandas sociais de um povo), a legislação apresenta uma estrutura interna previamente estabelecida,

rígida e específica, sendo caracterizada pelos critérios de prescrição e coerção (Marques Júnior, 1997; Montoro, 1972; Reale, 2002).

No tocante ao vocábulo jurisprudência, atualmente ele é adotado para indicar o conjunto de decisões, aplicações e interpretações das leis e os precedentes judiciais, ou seja, a reunião de decisões judiciais, interpretadoras do Direito vigente; assim, a jurisprudência constitui a definição do Direito elaborada pelos tribunais. Em sentido amplo, é a coletânea de decisões proferidas pelos tribunais sobre determinada matéria (Nader, 2012).

Concernente ao conceito de doutrina, ela é publicada sob a forma de livros, artigos científicos, anais de congresso, pareceres, teses e dissertações. Constitui-se em um meio para a discussão da legislação e da jurisprudência e em um suporte teórico para o embasamento da atuação jurídica perante a sociedade (Ferreira; Maculan; Almeida, 2017). Ademais, apresenta um formato mais próximo ao modelo de documentação científica tradicional, pois está intimamente ligada à conceituação científica do Direito enquanto uma ciência social, e “[...] onde a análise se processa em moldes semelhantes à de textos teóricos de outras áreas do conhecimento” (Martinez; Guimarães, 2008, p. 71).

Se por um lado, a indexação da informação jurídica requer do indexador conhecimentos e habilidades específicas; por outro, há uma escassez significativa de literatura norteadora para esse profissional quanto ao manuseio e organização dos documentos jurídicos, à leitura técnica e à análise do documento. Ademais, soma-se aos fatores anteriores a falta de homogeneidade na terminologia da área (Mendes, 2010; Reis, 2019).

Faz-se necessário tecer ponderações acerca da imprescindibilidade da leitura técnica (Moura, 2006) no domínio jurídico. Afinal, há um quantitativo voluptuoso de produção de conhecimento na área jurídica. Essa leitura é “[...] feita com propósitos e objetivos definidos de compreensão do texto, identificação e seleção de conceitos para o processo de análise de assunto num determinado domínio do conhecimento” (Ferreira, 2017, p. 62).

Corroborando Fujita (2003) ao afirmar que é possível perceber a existência do binômio (ou concepções, conforme denominou a autora) leitura orientada para o conteúdo do documento e leitura com vistas à demanda do usuário. Na leitura orientada para o conteúdo haverá a identificação dos conceitos, enquanto a leitura focada na demanda do usuário estará voltada “[...] à preservação do contexto do documento, e à seleção de conceitos” (Ferreira, 2017, p.63). É importante que o indexador leve em consideração essas duas concepções de leituras no

momento da indexação, porque sem tal compreensão do conteúdo, não se conseguirá explicitar o significado do texto (Fujita, 2003).

Por serem mais explorados por autores da área da Ciência da Informação e por estarem subordinados à temática da indexação da informação jurídica, serão explanados os procedimentos de indexação da jurisprudência, mais precisamente o acórdão e a ementa, norteados pelos estudos de Guimarães (1994; 2004), Ferreira (2017), Reis (2019) e Braz (2013).

José Augusto Guimarães (1994) defende, em sua tese, a utilização de quatro categorias fundamentais para se realizar a análise de assunto do acórdão, a saber: Fato, Instituto Jurídico, Entendimento e Argumento. Seu estudo se baseia na Teoria Tridimensional do Direito (TTD), proposta pelo jurista e doutrinador Miguel Reale a partir do ano de 1940 (Guimarães, 1994; Ferreira, 2017), na busca de uma estrutura metodológica facetada que possa permitir a identificação de conceitos dos acórdãos.

Posteriormente, tais categorias deram ensejo à segunda proposta desenvolvida por Guimarães, mas, que dessa vez, versava sobre a elaboração da ementa – também conhecida como resumo jurisprudencial (Guimarães, 2004; Ferreira, 2017). Essa proposta reúne 11 procedimentos considerados indispensáveis pelo autor para a indexação da informação jurídica: clareza, objetividade, concisão, afirmação, proposição, precisão, coerência, correção, seletividade, análise prévia e independência.

Já o modelo proposto por Daniela Reis (2019) em sua tese de doutorado defende que inúmeros fatores precisam ser levados em consideração na definição de modelos de leitura documentária, feitos por profissionais da informação que consigam suprir a escassez de padronização no momento da indexação da informação jurídica. Dentre esses fatores, a autora elencou as estratégias de leitura, o conhecimento prévio da área, o domínio de atuação e o tipo de estrutura do documento analisado.

Sob a perspectiva de Márcia Braz (2013), uma política de indexação deveria ser tratada como uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição a qual está subordinada. Então, a autora elencou os principais elementos para sua eficiência, a saber: adoção de um manual de indexação contextualizado; destacar as macroestruturas a serem observadas para a etapa da análise; cumprir todas as etapas da análise documentária; dar preferência à especificidade; exaustividade número de descritores; e adoção de um controle terminológico.

3. Procedimentos metodológicos

Quanto a sua natureza, esta é uma pesquisa teórica, caracterizada como exploratória e descritiva, de cunho qualitativo, e apresentando dados quantitativos (Prodanov; Freitas, 2013).

O método utilizado foi o de mapeamento sistemático de literatura, pois ele permite investigar os problemas relatados em pesquisas anteriores sobre uma determinada temática além de também ser capaz de garantir uma maior confiabilidade nos resultados da pesquisa, já que apresenta etapas bem definidas e, embora se tratando de um estudo do tipo secundário e menos aprofundado, ele possibilita que a pesquisa ocorra de forma mais abrangente, visto que não há uma imperiosa necessidade de responder com profundidade questões específicas, haja vista que ele remete a uma visão geral mais ampla de determinada área (Tolare; Fujita, 2022; Kitchenham; Charters, 2007; Moher; Stewart; Shekelle, 2015; Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020; Klock, 2018).

Uma vez que o mapeamento e revisões sistemáticas são consideradas como estudos secundários, precisa-se esclarecer o conceito de estudo primário: “Um estudo primário é um estudo empírico que investiga uma questão de pesquisa específica” (Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020, p. 4). Ou seja, são estudos de caso, experimentos controlados, entre outros. Em contrapartida, um “[...] estudo secundário revisa os estudos primários referentes a uma questão de pesquisa específica com o objetivo de integrar/sintetizar as evidências relacionadas à questão de pesquisa”. (Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020, p. 4).

Necessita-se também conceituar a revisão sistemática de literatura, pois ela permite que haja um conjunto de estudos finalizados sobre uma questão de pesquisa definida, tornando possível a avaliação dos resultados desses para comprovar conclusões sobre um determinado corpo de conhecimento (Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020; Kitchenham; Charters, 2007; Klock, 2018).

O mapeamento desenvolvido encontrou alicerces teóricos em Petersen *et al.* (2008) e Kitchenham e Charters (2007), e seguindo os modelos expostos nos trabalhos de Ramires (2022) e Tolare e Fujita (2022), foi idealizado o protocolo descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura

Passo 1: Mapeamento	
Objetivo	Analisar a produção científica sobre o tema da “indexação da informação jurídica” na área de Ciência da Informação.
Pergunta norteadora	Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática da indexação da informação jurídica?
População	Artigos científicos da área de Ciência da Informação (CI).
Intervenção	Publicações científicas em português, inglês e espanhol.
Controle	Publicações científicas em texto completo.
Resultados	Seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, autores, datas das publicações, problemas, procedimentos e desenvolvimentos; identificação dos autores mais produtivos e instituições de vínculo; e detectar a distribuição temporal das publicações.
Strings de busca	<i>indexação AND “informação jurídica”; indexação AND “documentação jurídica”; indexação AND “documento jurídico”; indexing AND “legal information”; indexing AND “legal documentation”; indexing AND “legal document”; indización AND “información jurídica”; indización AND “documentación jurídica”; indización AND “documento jurídico”.</i>
Passo 2: Definição de fontes	
Bases de dados	BRAPCI, LISTA, Redalyc, SciELO, Scopus, e Portal de Periódicos CAPES.
Passo 3: Definição de critérios de seleção de fontes	
Critério de busca	Publicações em forma de artigos científicos em texto completo.
Idioma	Português, inglês e espanhol.
Métodos de seleção	<ol style="list-style-type: none"> I. Delimitação do lapso temporal no levantamento bibliográfico (2002-2022). II. Busca bibliográfica em bases de dados acerca do assunto do primeiro item, por palavras-chave. III. Análise e seleção de textos da pesquisa bibliográfica com base no assunto, a partir da leitura do título. IV. Leitura do resumo para identificar a temática delimitada. V. Leitura integral dos trabalhos selecionados. VI. Fichamento dos textos selecionados para realização da análise.
Passo 4: Critérios de seleção de documentos	
Critérios de inclusão	<ol style="list-style-type: none"> I. Publicações científicas em forma de artigos disponíveis em texto completo que contemplam as <i>strings</i> de buscas citadas. II. O tema será a indexação da informação jurídica na CI.
Critérios de exclusão	<ol style="list-style-type: none"> I. Ser artigo de periódico fora do lapso temporal delimitado. II. Possuir idioma diferente dentre os selecionados. III. Não ter relação direta com a temática proposta. IV. Não ser a tipologia documental definida.
Tipos de documentos	Artigos de periódicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No “Passo 1 –Mapeamento”, buscou-se delinear a produção científica sobre a temática. Mais adiante, a pesquisa contemplou a população, a intervenção, o controle, os resultados e as subsequentes *strings* de busca ou expressões de busca.

No “Passo 2 –Base de dados”, constam as bases consultadas. Elas foram escolhidas por serem fontes confiáveis e pelo seu vasto alcance ao reunirem revistas da área da Ciência da Informação, atingindo um escopo relevante de publicações indexadas na modalidade artigo em nível nacional e internacional.

No “Passo 3 – Definição de critérios de seleção de fontes”, ocorreu a condução da busca por artigos relevantes. Quanto aos métodos de seleção, tem-se: delimitação do lapso temporal no levantamento bibliográfico, que vai do ano de 2002 até 2022; buscas bibliográficas nas bases de dados informadas no “Passo 2”; e análise e seleção dos textos recuperados; realização de leituras técnicas, que contemplam apenas os tópicos no título, resumo, introdução, resultados e considerações finais. Após, foram realizadas leituras mais aprofundadas e fichamentos dos artigos selecionados.

Já no “Passo 4 – Critérios de seleção de documentos”, foram verificados os seguintes pontos: se as publicações científicas estavam em formato de artigos que contemplam as *strings* de buscas citadas; e a análise a partir dos resumos, com vistas a determinar quais deles seriam mais significativos e relevantes à pesquisa. Sequencialmente, outra análise foi realizada de forma mais aprofundada e contemplando, além do resumo, os resultados e as considerações finais.

4. Análise dos resultados

A seleção pelo título resultou em 49 escolhidos, dentre um universo de 243 artigos coletados nas bases de dados selecionadas. Já a seleção a partir da leitura do resumo resultou em 18 artigos, e na última etapa, após a leitura dos textos na íntegra, foram selecionados dez, que se encontram descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Artigos selecionados após a leitura na íntegra

CITAÇÃO	TÍTULO	MOTIVO DA INCLUSÃO
(ALMEIDA; MACULAN, 2019)	Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos	Propõe a elaboração de um modelo de leitura técnica dos documentos para análise de assunto da legislação do Estado de Minas Gerais, presentes no acervo da Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).
(ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012)	Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil	Avalia o processo de indexação utilizado no acervo especializado da Biblioteca da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado da Paraíba (AJURE/PB), a partir dos termos de indexação.
(BRAZ, PINHO, 2013)	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	Verifica quais os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica (jurisprudência, legislação e doutrina) e como isso poderia ser refletido em uma política de indexação em três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Assembleia Legislativa de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife.
(FERREIRA; MACULAN, 2019)	Metodologia para a análise de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica	Apresenta um modelo de leitura técnica de acórdãos como resultado de uma pesquisa de mestrado, que investigou o problema da carência de metodologias na literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para a análise de assunto de documentos jurídicos do tipo acórdão.
(FERREIRA; MACULAN, 2017)	Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica	Discute diretrizes para indexação dos acórdãos, a partir de um estudo de caso aplicado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Ressalta que a indexação dos acórdãos depende do conhecimento da estrutura do documento, da terminologia jurídica e de técnicas para a análise de assunto.
(FERREIRA; MACULAN, 2016)	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	Apresenta um levantamento bibliográfico sobre diretrizes para a indexação de documentos jurisprudenciais no âmbito dos tribunais de contas brasileiros, como etapa inicial da pesquisa que visa a criação de um modelo de leitura técnica de acórdãos.
(FERREIRA; MACULAN; ALMEIDA, 2017)	Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica	Apresenta os fundamentos teórico-conceituais da representação temática da informação jurídica a partir de cinco importantes abordagens do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação: Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia e Teoria da Análise de Domínio. Visa demonstrar a aplicabilidade de tais conceitos no campo jurídico.
(GONÇALVES, 2019)	A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica	Afirma que o processo de indexação envolve as etapas da análise de assunto e tradução, e os momentos de análise do documento e análise das questões do usuário. Defende que a padronização da indexação jurídica permite um aumento expressivo da qualidade da recuperação da informação.

(MENDONÇA; SILVA, 2012)	Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos – o caso da revista Nomos da UFC	Descreve o processo de indexação compartilhada da revista “Nomos: revista do curso de mestrado em Direito da UFC”, a partir do serviço de Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP). Apresenta as características dos periódicos jurídicos e destaca a importância da iniciativa de cooperação bibliotecária para a divulgação de informação científica, a otimização do tempo gasto nas atividades de catalogação e a padronização de dados entre bibliotecas.
(PASSOS, 2015)	Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação	Identifica os fatores que dificultam a indexação de normas jurídicas brasileiras e analisa a indexação de três bases de dados de legislação federal: da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados foram organizados em quatro categorias: Na Categoria 1, tem-se a análise dos dados das publicações científicas recuperadas, a fim de identificar quais os tipos de pesquisas, problemas, procedimentos e desenvolvimento realizados. Almejando elucidar melhor os resultados, foi realizada nessa categoria uma divisão por tópicos, como demonstrado a seguir:

a. Tipo de pesquisa

Todos os dez artigos apresentaram em sua metodologia a pesquisa de caráter exploratório, com abordagem descritiva e qualitativa, sendo que quatro trabalhos realizaram uma pesquisa teórica: Ferreira; Maculan (2016); Ferreira, Maculan e Almeida (2017); Gonçalves, (2019); e Mendonça e Silva (2012).

Entre os seis que realizaram uma pesquisa aplicada, quatro explicitaram a aplicação do método de estudo de caso, sendo eles: Almeida e Maculan (2019), no âmbito da Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Braz e Pinho (2013), nas instituições Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE), Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e Faculdade de Direito do Recife; e Ferreira e Maculan (2017, 2019), no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Também realizaram uma pesquisa aplicada: Anízio e Nascimento (2012), na Biblioteca da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado da Paraíba (AJURE/PB); e Passos (2015), nas bases de dados de legislação federal da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

b. Problematização

Os artigos enfatizam que há escassez de procedimentos norteadores para uma atividade de indexação eficaz no que tange os documentos que circundam o âmbito jurídico (Braz; Pinho, 2013). Então se percebe que, nos dez artigos selecionados, se preconiza a criação e utilização de políticas de indexação para documentos no âmbito jurídico, sejam acórdãos, doutrinas ou legislação. Os autores ressaltam o reflexo negativo que essa falta de homogeneidade no processo de indexação (com ênfase na leitura técnica) traz no momento das buscas pela informação jurídica.

De acordo com o artigo de Ferreira, Maculan e Almeida (2017), há uma imperiosa necessidade de aprofundamento dos aportes teóricos no âmbito da informação jurídica, haja vista o alto grau de especificidade e peculiaridades que devem guiar o bibliotecário jurídico no momento da realizar o processo de representação temática desses documentos, com destaque para a execução da tarefa de indexação. Corroborando, ainda, o artigo de Ferreira e Maculan (2019), ao enfatizar que se faz mister o desenvolvimento de estratégias com vistas a suprir as lacunas e ambiguidades que o profissional da informação terá devido, por vezes, à falta de conhecimento mínimo na área jurídica.

Gonçalves (2019) esteve preocupado em buscar teorias que fundamentassem ou dessem subsídios à padronização de uma representação temática na área do Direito, sobretudo no tocante à indexação.

Já Passos (2015) tentou identificar, primeiramente, quais eram os fatores que dificultavam a indexação de normas jurídicas brasileiras, fazendo o estudo a partir do exame comparativo entre as três bases de dados de legislação federal.

c. Procedimentos e desenvolvimento

Todos os artigos selecionados se valeram da utilização do método de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, a partir do uso de instrumentos como questionários, observação in loco, análise de dados coletados, e levantamento bibliográfico e documental.

Nota-se que os artigos de Ferreira e Maculan (2016, 2017 e 2019) são produções de uma pesquisa de mestrado com vistas a desenvolver um modelo norteador de leitura técnica, para diminuir as inconsistências no momento de fazer a indexação do acórdão (tipo documental estabelecido na pesquisa) no âmbito de tribunal de contas.

Almeida e Maculan (2019) propõem um modelo de leitura técnica de documentos legislativos que abarca procedimentos sistematizados para análise de assunto (uma das etapas do processo de indexação).

Já os artigos de Passos (2015), Anízio e Nascimento (2012), Braz e Pinho (2013), e Mendonça e Silva (2012) pautaram seus estudos, respectivamente, na análise comparativa, na avaliação e na verificação do serviço de indexação da informação jurídica, nas quais asseguram não haver qualquer tipo de política de indexação ou de instrumentos congêneres que facilitassem a padronização do processo de indexação do bibliotecário jurídico.

Gonçalves (2019), Ferreira, Maculan e Almeida (2017), e Ferreira e Maculan (2016) trazem publicações de cunho mais teórico, apresentando os conceitos de: Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia e Teoria da Análise de Domínio.

Na Categoria 2, buscou-se a identificação dos autores mais produtivos e a qual instituição estão vinculados, visando apontar quem e onde mais se desenvolve pesquisas acerca da temática indexação da informação jurídica.

Os autores, a instituição de afiliação e o ano das publicações correspondentes podem ser visualizados no Quadro 3.

Quadro 3 – Autores, instituição e ano das publicações selecionadas

AUTOR	INSTITUIÇÃO	QUANT. ARTIGOS	ANO PUBLICAÇÃO
ALMEIDA, Aline Alves de	UFMG	1	2019
ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de	UFMG	1	2017
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara	IFPB (Instituto Federal da Paraíba)	1	2012
BRAZ, Márcia Ivo	UFPE	1	2013
FERREIRA, Ana Carolina	UFMG	4	2016; 2017; 2017; 2019
GONÇALVES, Paulo de Castro	ALMG (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais)	1	2019
MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	UFMG	5	2016; 2017; 2017; 2019; 2019

MENDONÇA, Marina Alves	UFC	1	2012
NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	UFPB	1	2012
PASSOS, Edilenice	Infolegis	1	2015
PINHO, Fábio Assis	UFPE	1	2013
SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	UFC	1	2012

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Percebe-se que a autora com maior número de publicações é Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan (autora de cinco artigos), seguida por Ana Carolina Ferreira (com autoria de quatro artigos). Os demais nomes constaram apenas uma vez na relação, pois só tiveram um de seus artigos selecionados nos critérios desta pesquisa.

Dentre as instituições que apresentaram o maior número de publicações, o destaque ficou para a UFMG, estando presente por meio de cinco publicações de quatro autoras. Após, aparecem a UFPE e a UFC, ambas com uma publicação e dois autores diferentes como coautores. As demais instituições (UFPB, IFPB, ALMG e Infolegis) aparecem com uma publicação de um autor vinculado. Percebe-se grande participação das universidades brasileiras nas publicações analisadas.

Na Categoria 3 se analisou a distribuição temporal das publicações. O principal objetivo foi identificar quando foi publicado o maior número de artigos e em qual período temporal.

Os artigos analisados foram publicados entre os anos de 2012 a 2019, excetuando-se os anos de 2014 e 2018. No que tange às datas das publicações, nota-se que o ano com maior número de publicados acerca da temática foi o ano de 2019, apresentando três publicações. Já os anos de 2012 e 2017 aparecem com duas publicações cada, enquanto os demais anos (2013, 2015 e 2016) apresentaram apenas um artigo publicado em cada. Não houve artigo publicado, dentro do universo de investigação, nos anos de 2014 e de 2018. Portanto, enquanto no período de 2002 a 2011 não foi selecionado nenhum artigo sobre o tema, no período de 2012 a 2022 foram selecionados 10 artigos, porém com distribuição esparsa e irregular. Esse volume de produção científica em periódicos ainda deixa em aberto o problema da escassez de trabalhos sobre a temática.

Na Categoria 4, analisou-se a distribuição do número de artigos por periódico. O Cadernos de Informação Jurídica (CAJUR) foi o que trouxe maior número de artigos entre os selecionados com três trabalhos no total, o que equivale a 30% do conjunto das publicações

selecionadas. Os demais periódicos apresentaram um artigo cada entre os selecionados, sendo eles: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação; Biblionline; InCID; Revista ACB; Informação & Informação; Em Questão; e Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

5. Conclusão

O mapeamento sistemático desenvolvido demonstrou que há uma notória escassez de artigos de periódicos científicos na área da Ciência da Informação abordando a temática de indexação da informação jurídica nas últimas duas décadas. Esse fator reflete de maneira negativa nas práticas bibliotecárias, pois repercute na falta de padronização da indexação no domínio da área do Direito.

Todos os artigos analisados trouxeram a máxima de que há uma real e imperiosa necessidade de um olhar mais aprofundado por parte da classe do profissional da informação acerca das peculiaridades inerentes à indexação da informação jurídica. Foi unânime a opinião de que há uma grande escassez de trabalhos e discussões da temática na área de Ciência da Informação.

Em relação às contribuições que os artigos analisados trazem para a tarefa de indexar do bibliotecário jurídico, é possível perceber que há esforços no desenvolvimento de modelos de leitura técnica e de políticas de indexação com vistas à padronização ou, ao menos, focadas na diminuição das ambiguidades e subjetividades às quais o indexador está exposto no momento de seu trabalho. Assim, os autores buscaram elaborar instrumentos facilitadores que possibilitem mais homogeneidade na indexação da informação jurídica e que, consequentemente, garantam ao usuário uma recuperação cada vez mais eficiente no momento da busca da informação, seja o documento em formato de doutrina, acórdão, legislação ou jurisprudência.

Percebeu-se a predominância da participação de autores brasileiros afiliados à universidades na produção dos artigos de periódicos analisados, o que demonstra um esforço da comunidade científica nacional em contribuir com as bibliotecas e centros de informação que trabalham com indexação no domínio jurídico. Isso tem como objetivo promover o fortalecimento do diálogo e a interdisciplinaridade entre a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e o Direito, na busca pelo aperfeiçoamento de práticas profissionais que impactarão

positivamente na experiência e na satisfação do usuário ao utilizar os serviços de recuperação da informação.

Ademais, a promoção da criação e fortalecimento de grupos de pesquisa e o fomento a eventos profissionais e acadêmicos com vistas à discussão da temática, aliados ao estímulo à publicação em periódicos científicos da área, só traria benefícios aos profissionais e usuários, pois o que se pretende é a disponibilização de um serviço mais eficiente a toda comunidade atendida por essas bibliotecas e centros de informação.

A principal limitação deste trabalho decorre do requisito da tipologia documental determinada no protocolo do mapeamento aqui feito, que foi o artigo de periódico científico, por se constituir em fonte mais confiável de conhecimento científico e ser recuperável nas bases de dados consultadas. Assim, não foram contempladas as publicações em anais de eventos acadêmicos e profissionais, ou até capítulos de livros da área de ciência da informação. Adicionalmente, não foram considerados artigos de periódicos que não são da área da Ciência da Informação, como os atrelados à área da Ciência da Computação ou à Ciência Jurídica, por se entender que a atividade de indexação é de especialidade dos profissionais da informação.

Em pesquisas futuras, seria interessante expandir as tipologias documentais do mapeamento sistemático feito, bem como desenvolver uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, pois traria maior profundidade ao estudo realizado. Outra sugestão é um estudo de caso múltiplo que tenha como objeto de estudo o processo de indexação de um tipo de documento jurídico, com participação de um grupo de profissionais indexadores especialistas na área das Ciências Jurídicas a fim de se analisar como eles desenvolvem, na prática profissional cotidiana, o processo de indexação da informação jurídica.

Referências

ALMEIDA, A. A.; MACULAN, B. C. M. S. Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1-5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19106>. Acesso em: 5 nov. 2022.

ANÍZIO, J. L. A.; NASCIMENTO, G. F. C. L. Avaliação do processo de indexação na biblioteca da assessoria jurídica do banco do brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 122-133, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/14196>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRAZ, M. I. **Dispositivos de memória para informação jurídica**: análise de procedimentos de indexação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10448>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRAZ, M. I.; PINHO, F. A. Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 87-106, jan./jun. 2013. DOI: [10.11606/issn.2178-2075.v4i1p87-106](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i1p87-106).

DERMEVAL, D.; COELHO, J. A. P. M.; BITTENCOURT, I. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. In: JAQUES, P. A. *et. al.* (org.) **Metodologia de pesquisa científica em informática na educação**: abordagem quantitativa. Porto Alegre: SBC, 2020. Cap. 03. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 02).

FERREIRA, A. C. **Análise de assunto da informação jurídica**: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AX2JM6>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. S. Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 511–531, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30916>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. S. Metodologia para a análise de assunto de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 99-131, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/84881>. Acesso em: 5 nov. 2022.

- FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. D. S. Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 468-486, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1185/>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. S. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 279-303, set. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1106> . Acesso em: 06 nov. 2022.
- FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. S.; ALMEIDA, J. F. V. R. Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 5-25, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/129/>. Acesso em 19 nov. 2022.
- FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-contexto. **DataGramZero**, [S. l.], v. 5, n. 4, ago. 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6568> . Acesso em: 5 nov. 2022.
- GONÇALVES, P. C. A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 260-274, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/235>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- GUIMARÃES, J. A. C. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- GUIMARÃES, J. A. C. **Elaboração de ementas jurisprudenciais**: elementos teórico-metodológicos. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004.
- KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**: version 2.3. Keele: Keele University/School of Computer Science and Mathematics/Software Engineering Group, 2007. 65 p. (EBSE Technical Report. EBSE-2007-01). Disponível em: https://citeseerx.ist.psu.edu/doc_view/pid/aba2699eab7341fbb2317b77214c20cf666b8d2f . Acesso em 20 nov. 2022.
- KLOCK, A. C. T. Mapeamentos e revisões sistemáticas da literatura: um guia teórico e prático. **Cadernos de Informática**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 01–09, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdeinformatica/article/view/v10n1201801-09>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23236>. Acesso em 20 nov. 2022.

MARTINEZ, M. L. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1718>. Acesso em 20 nov. 2022.

MENDES, R. R. **Conhecimentos básicos sobre o bibliotecário jurídico**: ferramentas e fontes da informação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5952>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MENDONÇA, M. A.; SILVA, J. C. Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos: o caso da revista Nomos da UFC. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 155–163, jul./dez 2012. DOI: [10.20396/rdbci.v10i1.1902](https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1902).

MIRANDA, A. C. C. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, E. (org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MOHER, D.; STEWART, L.; SHEKELLE, P. All in the family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more. **Systematic Reviews**, v. 4, n. 183, 2015. DOI: [10.1186/s13643-015-0163-7](https://doi.org/10.1186/s13643-015-0163-7).

MONTORO, F. Fontes do Direito em suas modalidades fundamentais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 1972.

MOURA, M. A. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da intersubjetividade em processos de representação informacional. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 22-35.

NADER, P. **Introdução ao estudo do Direito**. 34. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. 422 p.

PASSOS, E. Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 48–81, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/41>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PETERSEN, K. *et al.* Systematic mapping studies in software engineering. INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION AND ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING, 12., 2008, Italy. **Proceedings...** Italy: University of Bari, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228350426>. Acesso em 12 nov. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

RAMIRES, A. Q. **Estratégias de leitura no ensino fundamental para a formação de leitores profissionais em indexação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/235472>. Acesso em 12 nov. 2022.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REIS, D. M. A. **A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181849>. Acesso em 12 nov. 2022.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (org.). **Unidades de informação: conceitos e competências**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. 133p.

SOUZA, B. P.; FUJITA, M. S. L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16281>. Acesso em 12 nov. 2022.

TOLARE, J. B.; FUJITA, M. S. L. A utilização de linguagens de indexação por bibliotecas universitárias: mapeamento sistemático. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, [S. l.], v. 28, n. 1, jan./jun. 2022, p. 45-54. DOI: [10.54886/scire.v28i1.4834](https://doi.org/10.54886/scire.v28i1.4834).

Artigo submetido em: 25 abr. 2023

Artigo aceito em: 19 dez. 2023